

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	18.537	24.080
1.01	Ativo Circulante	4	5
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	3	4
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3	4
1.02	Ativo Não Circulante	18.533	24.075
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.533	24.075
1.02.01.03	Contas a Receber	7	7
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.526	24.068
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	18.526	24.068

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	18.537	24.080
2.01	Passivo Circulante	628	665
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	188	182
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	188	182
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	188	182
2.01.02	Fornecedores	277	277
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	277	277
2.01.03	Obrigações Fiscais	163	206
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	163	206
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	163	206
2.02	Passivo Não Circulante	281.967	277.424
2.02.02	Outras Obrigações	15.231	19.396
2.02.02.02	Outros	15.231	19.396
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	311	330
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	14.920	16.332
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	0	2.734
2.02.04	Provisões	266.736	258.028
2.02.04.02	Outras Provisões	266.736	258.028
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	266.736	258.028
2.03	Patrimônio Líquido	-264.058	-254.009
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-428.624	-420.889
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	42.784	45.098
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.226	-9.051	-3.765	-7.348
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79	-342	-149	-385
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	-1	-126
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.147	-8.708	-3.615	-6.838
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.226	-9.051	-3.765	-7.348
3.06	Resultado Financeiro	-381	-998	-60	90
3.06.01	Receitas Financeiras	0	2	0	131
3.06.02	Despesas Financeiras	-381	-1.000	-60	-41
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.607	-10.049	-3.825	-7.258
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	-5
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.607	-10.049	-3.825	-7.263
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.607	-10.049	-3.825	-7.263
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,64887	-1,41535	-0,00539	-0,01023
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,64887	-1,41535	-0,00539	-0,01023

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.607	-10.049	-3.825	-7.263
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.607	-10.049	-3.825	-7.263

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.130	-508
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.341	-425
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-10.049	-7.263
6.01.01.02	Resultado da Equivalencia Patrimonial	8.708	6.838
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.789	-83
6.01.02.02	Variação de Impostos, Taxas e Contribuições	-62	-80
6.01.02.03	Variação de Salários a Pagar e Provisões	6	1
6.01.02.04	Outras Contas a Pagar	-2.734	0
6.01.02.05	Variação Impostos a Recuperar	1	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.130	508
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.049	0	-10.049
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-10.049	0	-10.049
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-10.049	0	-10.049
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.314	2.314	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.314	2.314	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	46.450	-428.624	-1.992	-264.058

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.263	0	-7.263
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-7.263	0	-7.263
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-7.263	0	-7.263
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-935	728	0	-207
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-935	935	0	0
5.06.05	Reversão de mais valia reflexa sobre propriedades para investimentos	0	0	0	-207	0	-207
5.07	Saldos Finais	120.108	0	48.482	-416.741	-1.992	-250.143

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-196	-409
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-196	-409
7.03	Valor Adicionado Bruto	-196	-409
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-196	-409
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-8.706	-2.219
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.708	-6.838
7.06.02	Receitas Financeiras	2	4.618
7.06.03	Outros	0	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.902	-2.628
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.902	-2.628
7.08.01	Pessoal	131	94
7.08.01.01	Remuneração Direta	124	94
7.08.01.02	Benefícios	7	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25	25
7.08.02.01	Federais	25	25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	991	4.516
7.08.03.01	Juros	978	4.504
7.08.03.03	Outras	13	12
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.049	-7.263
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.049	-7.263

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	213.306	214.986
1.01	Ativo Circulante	32.601	35.529
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	544	274
1.01.03	Contas a Receber	23.608	25.083
1.01.03.01	Clientes	20.823	20.851
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.785	4.232
1.01.04	Estoques	5.833	5.706
1.01.04.01	Estoques	5.633	4.811
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	200	895
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.616	4.466
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.616	4.466
1.02	Ativo Não Circulante	180.705	179.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.563	57.274
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.752	13.198
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.752	13.198
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.811	44.076
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.711	34.433
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	4.399	4.632
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	4.701	5.011
1.02.02	Investimentos	16.761	16.760
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.761	16.760
1.02.03	Imobilizado	107.081	105.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	107.081	105.122
1.02.04	Intangível	300	301
1.02.04.01	Intangíveis	300	301

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	213.306	214.986
2.01	Passivo Circulante	374.215	353.073
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.330	10.853
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.330	10.853
2.01.02	Fornecedores	6.972	7.545
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.972	7.545
2.01.02.01.01	Fornecedores	6.972	7.545
2.01.03	Obrigações Fiscais	342.804	319.781
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	342.804	319.781
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	342.350	319.327
2.01.03.01.03	Impostos Diferidos	454	454
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	268	1.896
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	268	1.896
2.01.05	Outras Obrigações	9.841	12.998
2.01.05.02	Outros	9.841	12.998
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.934	5.429
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.248	6.924
2.01.05.02.08	Faturamento Antecipado	1.659	645
2.02	Passivo Não Circulante	103.417	116.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.192	2.704
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.192	2.704
2.02.02	Outras Obrigações	60.654	71.118
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.791	36.107
2.02.02.02	Outros	30.863	35.011
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.820	31.236
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.043	3.775
2.02.03	Tributos Diferidos	17.443	17.960
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.443	17.960
2.02.04	Provisões	23.128	24.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.128	24.399
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	23.128	24.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-264.326	-254.268
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-428.624	-420.889
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	42.784	45.098
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-268	-259

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.829	149.489	54.717	151.999
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.421	-120.173	-42.299	-117.481
3.03	Resultado Bruto	9.408	29.316	12.418	34.518
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.806	-11.461	-7.197	-18.004
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.060	-6.485	-2.432	-6.689
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.682	-5.175	-2.090	-5.736
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.335	7.430	1.332	4.207
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.399	-7.231	-4.007	-9.786
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.602	17.855	5.221	16.514
3.06	Resultado Financeiro	-9.213	-27.913	-9.050	-23.737
3.06.01	Receitas Financeiras	22	79	1.005	2.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.235	-27.992	-10.055	-26.153
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.611	-10.058	-3.829	-7.223
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	-47
3.08.01	Corrente	0	0	0	-47
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.611	-10.058	-3.829	-7.270
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-4.611	-10.058	-3.829	-7.270
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-4.607	-10.049	-3.825	-7.263
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4	-9	-4	-7
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,64944	-1,41662	-0,00539	-0,01023
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,64944	-1,41662	-0,00539	-0,01023

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-4.611	-10.058	-3.829	-7.270
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-4.611	-10.058	-3.829	-7.270
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-4.607	-10.049	-3.825	-7.263
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4	-9	-4	-7

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.531	19.016
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.360	18.633
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-10.049	-7.263
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.438	5.538
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para riscos de crédito	77	99
6.01.01.05	Encargos Financeiros e Monetários sobre empréstimos	226	1.672
6.01.01.06	Provisão (Reversão) de Impostos diferidos	-517	-673
6.01.01.08	Participações de minoritários	-9	-7
6.01.01.10	Custo baixa bens do Imobilizado	3.628	1.494
6.01.01.11	Variação de Provisão para Contingências	5.108	2.534
6.01.01.12	Atualização de Passivos Tributários	17.458	15.239
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.829	383
6.01.02.01	Variação Clientes	-49	-4.904
6.01.02.02	Variação Estoques	-822	-1.558
6.01.02.03	Variação Adiantamentos a Fornecedores	695	167
6.01.02.04	Variação Impostos a Recuperar	1.572	-550
6.01.02.05	Variação Outras Contas a Receber	1.757	-3.436
6.01.02.06	Variação Depósitos Judiciais	233	-892
6.01.02.07	Variação Fornecedores	-573	2.401
6.01.02.09	Variação Faturamento Antecipado	1.014	1.163
6.01.02.10	Variação Impostos, Taxas e Contribuições	4.149	3.536
6.01.02.11	Variação Salários a Pagar e Provisões	3.477	5.676
6.01.02.12	Variação Adiantamentos de Clientes	-2.495	444
6.01.02.14	Variação Outras Contas a Pagar	-4.408	-1.112
6.01.02.15	Variação Provisão para Contingências	-6.379	-552
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.025	-9.453
6.02.01	Variação em Ativo Imobilizado	-10.998	-9.444
6.02.02	Variação de Ativo Propriedade para Investimento	-1	0
6.02.03	Variação em Ativo Intangível	-26	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.236	-9.214
6.03.01	Variação em Empréstimos e Financiamentos	-2.366	-11.859

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.02	Variação Partes Relacionadas	-5.870	2.676
6.03.04	Variação em Cheques a Compensar	0	-31
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	270	349
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274	278
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	544	627

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.049	0	-10.049	-9	-10.058
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-10.049	0	-10.049	-9	-10.058
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-10.049	0	-10.049	-9	-10.058
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.314	2.314	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.314	2.314	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	46.450	-428.624	-1.992	-264.058	-268	-264.326

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.263	0	-7.263	-7	-7.270
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-7.263	0	-7.263	-7	-7.270
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-7.263	0	-7.263	-7	-7.270
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-935	728	0	-207	0	-207
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-935	935	0	0	0	0
5.06.05	Reversão de mais valia reflexa sobre propriedades para investimentos	0	0	0	-207	0	-207	0	-207
5.07	Saldos Finais	120.108	0	48.482	-416.741	-1.992	-250.143	-258	-250.401

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	160.293	161.659
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159.041	160.439
7.01.02	Outras Receitas	1.329	1.319
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-77	-99
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-73.635	-72.402
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-31.682	-32.974
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-41.953	-39.428
7.03	Valor Adicionado Bruto	86.658	89.257
7.04	Retenções	-5.438	-5.322
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.438	-5.322
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	81.220	83.935
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.042	11.681
7.06.02	Receitas Financeiras	79	5.695
7.06.03	Outros	5.963	5.986
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.262	95.616
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.262	95.616
7.08.01	Pessoal	60.380	57.704
7.08.01.01	Remuneração Direta	47.248	46.017
7.08.01.02	Benefícios	8.030	8.323
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.102	3.364
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.055	11.913
7.08.02.01	Federais	6.147	6.404
7.08.02.02	Estaduais	1.908	5.509
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.885	33.269
7.08.03.01	Juros	27.832	32.506
7.08.03.03	Outras	1.053	763
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.058	-7.270
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.049	-7.263
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-9	-7

Comentário do Desempenho

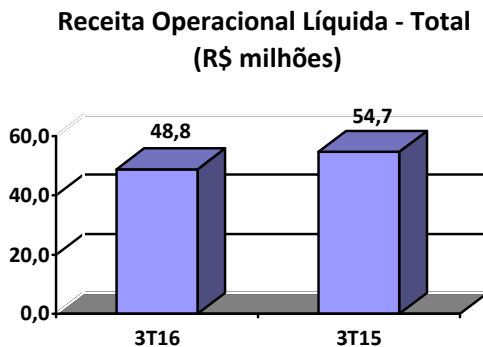


COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA CONSOLIDADA

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, apresentou uma redução de sua receita líquida durante o 3T2016 quando comparado com o mesmo período de 2015, saindo de R\$ 54,7 milhões no 3T2015 para R\$ 48,8 milhões no 3T2016.

Esta redução ocorreu em virtude dos seguintes fatores: **1) Mercado Externo:** a) queda do Dólar, cuja cotação média de compra da moeda era de R\$ 3,5373, no 3T2015, enquanto que no mesmo período de 2016 apresentou uma média de R\$ 3,2454; b) mercado ofertado pela concorrência que levou a uma redução do volume e no preço de vendas, e; c) falta de divisas por parte de alguns países para os quais a controlada exporta. **2) Prestação de Serviço:** encerramento de um contrato de prestação de serviço de abate entabulado junto a outra empresa do ramo, no ano de 2014, que ocasionou a suspensão, no 2º trimestre de 2016, das atividades da unidade fabril da Controlada Companhia Minuano, localizada na cidade de Passo Fundo, conforme Fato Relevante, datado de 03 de maio de 2016, divulgado ao mercado.



Volumes Produzidos:

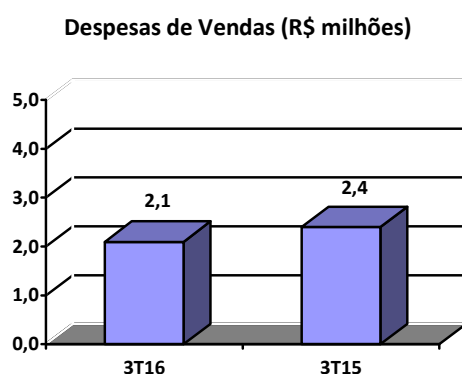
Produção Própria e para Terceiros	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	3T2016	3T2015	3T2016	3T2015	3T2016	3T2015
Produção Própria						
Industrial. de Carnes (ton)	1.691	1.698	2.060	2.113	3.751	3.811
Carne de Aves (ton)	-	-	701	781	701	781
CMS e Farinhas (ton)	-	-	233	416	233	416
Produção para Terceiros						
Aves abatidas (cabeças-mil)	10.637	15.628	-	-	10.637	15.628
Produção Rações (ton)	58.342	56.173	-	-	58.342	56.173
Produção Pintos (un-mil)	15.175	14.880	-	-	15.175	14.880

Comentário do Desempenho

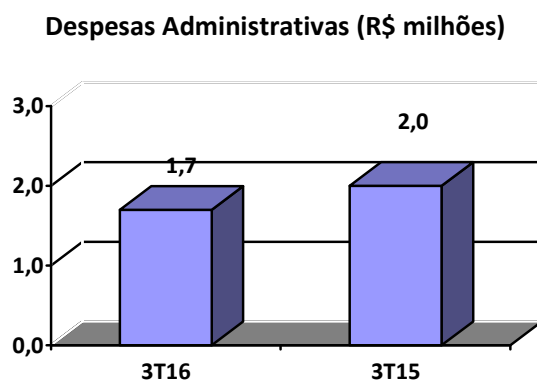


DESPESAS DE VENDAS E GERAIS E ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS

No 3T2016 as despesas com vendas mantiveram-se estáveis em comparação ao mesmo período de 2015, sendo de R\$ 2,4 milhões em 2015 e de R\$ 2,1 milhões em 2016, equivalentes a 4,4% e 4,3% respectivamente da receita operacional líquida.



As despesas gerais e administrativas igualmente mantiveram-se estáveis no 3T2016 em relação ao mesmo período de 2015, sendo R\$ 2,0 milhões em 2015 e R\$ 1,7 milhões em 2016, equivalentes a 3,7% e 3,5% respectivamente da receita operacional líquida.

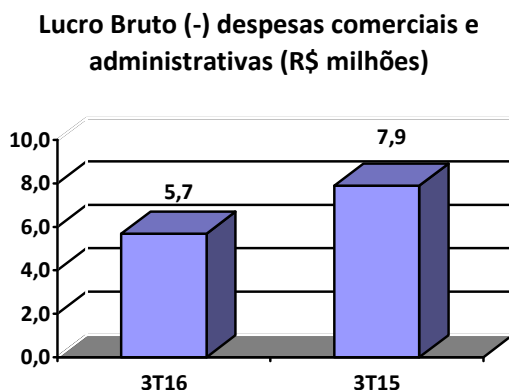


Comentário do Desempenho



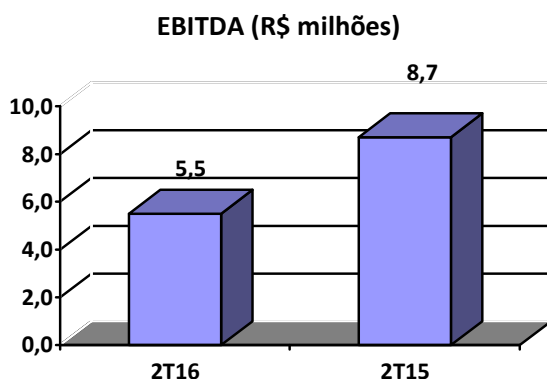
LUCRO BRUTO (-) DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

O resultado operacional do trimestre, representado pelo Lucro Bruto deduzido das despesas de vendas e administrativas consolidadas da Minupar totalizou R\$ 5,7 milhões no 3T2016, equivalente a 11,7% da receita operacional líquida. No mesmo período de 2015, alcançou R\$ 7,9 milhões ou 14,4% da receita operacional líquida.



EBITDA

O EBITDA consolidado da Minupar no 3T2016 foi de R\$ 7,5 milhões ou 15,4% da receita líquida e R\$ 9,7 milhões ou 17,7% da receita líquida no mesmo período de 2015.



Comentário do Desempenho



Relacionamento com os Auditores Externos

No decorrer do período, nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 21 de outubro de 2016.

A Administração.

Notas Explicativas**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016
(em milhares de reais)****NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis trimestrais Individuais e Consolidadas do período de 30 de setembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 21 de outubro de 2016, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao terceiro trimestre de 2016.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1 Declaração de Conformidade****3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas



3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são

Notas Explicativas



convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento

Notas Explicativas



contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

Notas Explicativas



3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	30/09/2016			30/09/2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	132.607	27.533	160.140	127.062	35.282	162.344
(-) Impostos	(9.552)	-	(9.552)	(8.440)	-	(8.440)
(-) Devoluções	(677)	(422)	(1.099)	(728)	(1.177)	(1.905)
Receita líquida de produtos e serviços	122.378	27.111	149.489	117.894	34.105	151.999

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da

Notas Explicativas

Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa	-	-	7	5
Bancos - conta corrente	1	1	537	269
Total	1	1	544	274

NOTA 05 - CLIENTES - CONSOLIDADO

	30/09/2016	31/12/2015
Mercado interno	19.450	17.080
Mercado externo	2.053	4.375
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(680)	(604)
Subtotal	20.823	20.851
(-) Faturamentos antecipados	(1.659)	(645)
(-) Adiantamentos de clientes	(2.934)	(5.429)
Clientes a receber, líquido.	16.230	14.777

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

	30/09/2016	31/12/2015
Produtos prontos	598	335
Matérias primas	856	1.211
Materiais de embalagem	1.314	1.095
Materiais de manutenção	1.829	1.635
Subtotal	4.597	4.276
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	1.036	535
Total	5.633	4.811

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO

Circulante	30/09/2016	31/12/2015
IRRF a recuperar	2	1
IRPJ a recuperar	688	720
CSLL a recuperar	250	263
PIS e COFINS a recuperar	115	346
ICMS a recuperar	1.348	2.869
ICMS a recuperar - Imobilizado	11	65
Crédito de Exportação (Reintegra)	202	202
Total	2.616	4.466

Não Circulante	Ref.	30/09/2016	31/12/2015
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	34.369	34.369
ICMS a Recuperar - Imobilizado		342	64
Total		34.711	34.433

a) Crédito Prêmio IPI - Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS**a) Participações Societárias - Individual**

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2015	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(189.600)	(68.428)	(258.028)
+/- Equivalência Patrimonial	(6.385)	(2.323)	(8.708)
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	205	(205)	-
+ Provisão para Perdas	(195.780)	(70.956)	(266.736)
Saldo do investimento em 30/09/2016	-	-	-

Notas Explicativas



b) Propriedades para investimento - Consolidado

Grupos	30/09/2016			31/12/2015
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640	6.640
Prédios	17.026	(6.905)	10.121	10.120
Total	23.666	(6.905)	16.761	16.760

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	30/09/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	0,00%	16.695	-	16.695	16.695
Prédios	2,50%	58.296	(1.556)	56.740	54.795
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	32.577	(3.382)	29.195	28.057
Moveis e utensílios	8,33%	2.214	(348)	1.866	2.036
Computadores e periféricos	33,33%	569	(75)	494	174
Veículos	20,00%	161	(50)	111	161
Imobilizações em andamento	-	1.977	-	1.977	3.201
Outros	0,00%	3	-	3	3
Subtotal imobilizado		112.492	(5.411)	107.081	105.122
Intangível		327	(27)	300	301
Total		112.819	(5.438)	107.381	105.423

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentam-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em 30/09/2016
Terrenos	16.695	-	-	-	-	16.695
Prédios	54.795	3.690	(227)	38	(1.556)	56.740
Maquinas e equipamentos	28.057	5.311	(791)	-	(3.382)	29.195
Moveis e utensílios	2.036	185	(7)	-	(348)	1.866
Computadores e periféricos	174	106	(11)	300	(75)	494
Veículos	161	-	-	-	(50)	111
Imobilizações em andamento	3.201	1.706	(2.592)	(338)	-	1.977
Outros	3	-	-	-	-	3
Subtotal imobilizado	105.122	10.998	(3.628)	-	(5.411)	107.081
Intangível	301	26	-	-	(27)	300
Subtotal intangível	301	26	-	-	(27)	300
Propriedade para Investimento	16.760	1	-	-	-	16.761

Notas Explicativas

Subtotal Prop. para Investimento	16.760	1	-	-	-	16.761
Total	122.183	11.025	(3.628)	-	(5.438)	124.142

A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	30/09/2016	30/09/2015
Custo dos produtos e serviços vendidos	5.236	5.144
Despesas administrativas	198	174
Despesas com vendas	4	4
Total	5.438	5.322

Ao final do período há um total a pagar de R\$ 20, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	20

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

				30/09/2016	
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	211	1.900
Arrendamento Mercantil		-	-	20	-
Banrisul – Consórcio		-	-	37	292
Totais				268	2.192

				31/12/2015	
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	jan a mar/16	1.559	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	267	2.406
Arrendamento Mercantil		-	-	25	-
Banrisul – Consórcio		-	-	43	298
Banrisul – Limite de Créd.		-	-	2	-
Totais				1.896	2.704

Legenda:

- a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores Nacionais	6.972	7.545
Total	6.972	7.545

Conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do Ajuste a Valor Presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de

Notas Explicativas

operações passivas de curto prazo sobre as quais o Ajuste a Valor Presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisões de férias e 13º salário	-	-	10.756	7.509
Salários / Pró-labore a pagar	188	182	2.522	2.368
Rescisões a pagar	-	-	58	12
Outras obrigações a pagar	-	-	994	964
Total	188	182	14.330	10.853

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES - CONSOLIDADO

	30/09/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS a recolher	1.704	-	1.532	-
Impostos retidos sobre serviços	489	-	456	-
IRRF a recolher	1.765	-	1.741	-
IRPJ/CSLL a recolher	110.408	-	105.415	-
FGTS a recolher	438	-	581	-
INSS a recolher	182.019	-	166.323	-
PIS e COFINS a recolher	38.405	-	36.610	-
Funrural a recolher	81	-	79	-
Outros Impostos a Recolher	805	-	779	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.284	-	1.213	-
Subtotal	337.398	-	314.729	-
Parcelamento Lei 11.941/2009	107	54	152	78
Parcelamento Lei 12.996/2014	1.623	19.800	1.499	19.428
ICMS - RS	-	-	46	-
ICMS - SP	885	976	675	1.345
ICMS - SC	1.279	1.451	1.198	2.259
Parcelamento IOF	-	190	-	215
FGTS	590	7.232	563	7.476
SESI/SENAI	468	117	435	435
IPTU	-	-	3	-
INSS	-	-	27	-
Subtotal	4.952	29.820	4.598	31.236
Total	342.350	29.820	319.327	31.236

Notas Explicativas**NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO**

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	12.826	13.206
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.617	4.754
Total	454	454	17.443	17.960

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração dos Administradores**

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 14 de abril de 2016 da seguinte forma: a) Minupar – em até R\$ 700 mil; b) Sulaves – em até R\$ 500; c) Valepar – em até R\$ 500, e; d) Minuano – em até R\$ 700 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2016.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	90	90
Diretoria Executiva	26	245

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Não Circulante	30/09/2016	31/12/2015
Agostinho Carrer Partic. Ltda.	12.752	13.198
Total	12.752	13.198

Passivo Não Circulante	30/09/2016	31/12/2015
Serra do Roncador Part. Ltda.	24.873	26.135
Acionistas e Outros	4.918	9.972
Total	29.791	36.107

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Saldo em	Provisão para contingência				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2015	8.752	15.366	281	24.399	3.817	814	1	4.632
Movimentação (Adições-Baixas)	1.929	(3.200)	-	(1.271)	82	(315)	-	(233)
30/09/2016	10.681	12.166	281	23.128	3.899	499	1	4.399

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 148.257 mil (R\$ 148.257 mil em 31/12/2015), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO - CONSOLIDADO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

Notas Explicativas**NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO**

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da Lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

a) Medida Provisória nº 470/2009

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

b) Lei nº 11.941/2009

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada tiveram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

Notas Explicativas**c) Lei nº 12.996/2014**

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	497	76.297	76.794
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
(=) Total líquido do passivo tributário aderido	268	27.900	28.168

Em 30 de julho de 2015, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a controladora e sua controlada indireta formalizaram os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade Previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a controlada indireta formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo, sendo que a controladora não possuía débitos a serem consolidados na referida modalidade.

No caso da Companhia Minuano, com relação a modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

Notas Explicativas**d) Lei nº 13.043/2014**

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	152	507	659
(-) Pagamentos da Lei 13.043/2014	(46)	(152)	(198)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	(461)
(=) Total	-	-	-

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

Notas Explicativas**NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO**

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir, em milhares de reais:

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Incêndio, Raio e Explosão	43.884	42.900
Perda ou Pagamento de Aluguel	200	-
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	3.000
Vendaval e Granizo	7.800	7.800
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.780	6.780
Alagamentos e Inundação	1.160	1.160
Lucros Cessantes	20.312	18.465
Estoques	1.000	1.000
Recomposição de Documentos	4	-

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado

Notas Explicativas

mediano, pois aproximadamente 18% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

	30/09/2016		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	18.491	-	1
Materiais de embalagem	3.793	-	-
Salários incorridos	36.326	660	2.207
Encargos sociais incorridos	10.291	138	743
Férias e 13º salário incorridos	7.190	139	280
Benefícios a empregados	7.751	71	202
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	469	-	-
Equipamento de proteção individual	1.154	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	7.821	465	905
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	5.407	19	66
Energia elétrica	11.880	-	56
Materiais de limpeza	280	-	17
Telefonia e transmissão de dados	59	49	55
Combustíveis e lubrificantes	1.604	103	23
Comissões sobre vendas	-	270	-
Viagens e estadias	27	54	57
Taxas e encargos legais	8	-	85
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	11	-
Fretes rodoviários e marítimos	243	2.617	4
Custos aduaneiros de exportação	1	873	-
Publicidade e propaganda	-	394	95
Análises laboratoriais	552	124	-
Provisões para contingências/PCLD	-	77	-
Depreciações	5.236	4	198
Locações/Aluguéis	1.039	-	14
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	250	-
Seguros	264	3	57
Outros gastos	287	164	110
Total	120.173	6.485	5.175

Notas Explicativas



	30/09/2015		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	19.981	-	-
Materiais de embalagem	4.374	-	-
Salários incorridos	34.549	558	2.323
Encargos sociais incorridos	8.416	143	480
Férias e 13º salário incorridos	7.712	118	381
Benefícios a empregados	7.960	85	278
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.183	-	103
Equipamento de proteção individual	1.109	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	7.663	360	1.096
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.089	23	30
Energia elétrica	10.885	-	47
Materiais de limpeza	237	-	17
Telefonia e transmissão de dados	70	52	53
Combustíveis e lubrificantes	1.718	82	16
Comissões sobre vendas	-	242	-
Viagens e estadias	26	33	56
Taxas e encargos legais	226	1	42
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	25	-
Fretes rodoviários e marítimos	131	2.463	5
Custos aduaneiros de exportação	1	1.130	-
Publicidade e propaganda	-	458	119
Análises laboratoriais	457	5	-
Provisões para contingencias/PCLD	-	-	-
Honorários sucumbenciais	-	513	-
Depreciações	5.144	4	174
Locações/Aluguéis	749	-	14
Abatimentos concedidos sobre vendas	3	233	-
Seguros	278	6	54
Outros gastos	520	155	448
Total	117.481	6.689	5.736

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	30/09/2016	30/09/2015
Encargos incorridos em passivos fiscais	(76)	(4.010)
Despesas gerais incorridas	(1.734)	(2.996)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(247)	(134)
Provisão para Contingências	(5.108)	(2.534)
Reversão de Créditos Tributários	(66)	(76)
Encargos Parcelamento FGTS	-	(36)
Outras Despesas Operacionais	(7.231)	(9.786)

Notas Explicativas

Créditos tributários	833	1.486
Receitas gerais auferidas	6.575	317
Receita de venda de imobilizado	22	111
Recuperação de Despesa	-	1
Redução de passivos judiciais	-	2.292
Outras Receitas Operacionais	7.430	4.207
Resultado líquido	199	(5.579)

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

	30/09/2016	30/09/2015
Variações cambiais ativas	-	1.220
Descontos financeiros obtidos	47	78
Juros ativos sobre impostos	-	793
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	-	131
Outras receitas financeiras	32	194
Receitas financeiras	79	2.416
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(226)	(1.672)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(88)	(120)
Variações cambiais	(138)	-
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(48)	(16)
Descontos financeiros concedidos	(165)	(371)
Pis/Cofins s/receita financeira	(9)	(52)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(6.152)	(9.390)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(19.849)	(13.126)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(1.039)	(583)
Outras despesas financeiras	(278)	(823)
Despesas Financeiras	(27.992)	(26.153)
Resultado financeiro líquido	(27.913)	(23.737)

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a)** Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b)** Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	52.543	55.056	107.597	107.288	-	-	160.140	162.344
Impostos e devoluções	(9.085)	(8.553)	(1.566)	(1.792)	-	-	(10.651)	(10.345)
RECEITA LÍQUIDA	43.458	46.503	106.031	105.496	-	-	149.489	151.999
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(34.800)	(32.873)	(85.373)	(84.608)	-	-	(120.173)	(117.481)
LUCRO BRUTO	8.658	13.630	20.658	20.888	-	-	29.316	34.518
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(5.175)	(5.736)	(5.175)	(5.736)
Despesas com vendas	(5.873)	(5.939)	(612)	(750)	-	-	(6.485)	(6.689)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	7.430	4.207	7.430	4.207
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(7.231)	(9.786)	(7.231)	(9.786)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	2.785	7.691	20.046	20.138	(4.976)	(11.315)	17.855	16.514
Despesas financeiras	-	-	-	-	(27.992)	(26.153)	(27.992)	(26.153)
Receitas financeiras	-	-	-	-	79	2.416	79	2.416
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	2.785	7.691	20.046	20.138	(32.889)	(35.052)	(10.058)	(7.223)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	(47)	-	(47)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.785	7.691	20.046	20.138	(32.889)	(35.099)	(10.058)	(7.270)
Atribuído a Acionistas não Controladores							(9)	(7)
Atribuído a Acionistas Controladores							(10.049)	(7.263)

Notas Explicativas**NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de Ações em 30/09/2016	7.100
Resultado do exercício (consolidado)	(10.058)
Resultado por ação básico e diluído	(1,41662)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Chao En Hung
Conselheira

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger
Conselheiro

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Marcos Antônio Costa de Almeida
Diretor de Relações com Investidores
CRC/RS 068539/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao
Conselho e Acionistas da
Minupar Participações S.A.
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Em 03 de maio de 2016 a Companhia efetuou a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo (RS). Dentre outros fatores determinantes a suspensão das atividades da referida unidade, pesou o encerramento, em abril/2016, do contrato de prestação de serviço de abates de aves que a Minuano mantinha junto à outra empresa do ramo.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30/09/2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, na geração de caixa, e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. As informações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 28 de outubro de 2016.

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS
CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelin
CRC/RS 052365/O-8
Sócio Responsável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016.

Lajeado, 21 de outubro de 2016.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente
CPF: 006.031.730-20

Marcos Antônio Costa de Almeida
Diretor de Relações com Investidores
CPF: 785.283.990-87

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Para fins do disposto no inciso V do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes emitido pela Michelin & Puerari Auditores e Consultores S/S, relativo às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016.

Lajeado, 28 de outubro de 2016.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente
CPF: 006.031.730-20

Marcos Antônio Costa de Almeida
Diretor de Relações com Investidores
CPF: 785.283.990-87